

09 de Fevereiro de 2010 - 11.00 Horas

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **Peticionário da Petição “Pela Verdade Desportiva”**
Rui Santos, António Simões, João Carvalho, Pedro Gomes e Fernando Seara,

Recebidos por: Deputados da Comissão de Educação e Ciência

Assunto: Petição “Pela Verdade Desportiva”

Exposição: O Sr. Rui Santos iniciou a sua intervenção fazendo referência a diversas datas marcantes na história daquela que é, actualmente, a modalidade desportiva mais popular do globo, concluindo que o futebol se transformou numa indústria poderosa e complexa, que envolve milhões de pessoas e de euros, à qual não é alheia o papel do Estado.

Salientou ainda que não é admissível a tolerância perante os atropelos à verdade desportiva, cabendo ao Estado adoptar medidas tendentes a prevenir e a punir as manifestações antidesportivas, como consta do artº 40 da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto.

Acrescentou ainda que os bons resultados conseguidos através da “soberania de reiteradas irregularidades” não conduzem à consagração do princípio da ética e da verdade desportivas, pelo que entende que a introdução de novas tecnologias e a sua optimização são inevitáveis, por constituírem meios poderosos de apoio aos árbitros, no sentido de serem tomadas as melhores decisões.

Considerou ainda que o futebol constitui um sector que precisa do mesmo grau de regulação que se exige a outros segmentos da sociedade.

Concluiu, reafirmando que o que se pretende com esta Petição é apenas a verdade, visto ser possível, em muitos casos, eliminar o erro, a aleatoriedade e a injustiça, e o Estado, não apenas por causa dos dinheiros públicos, mas também em razão do estatuto de utilidade pública concedido às federações e aos clubes, não pode ficar alheio. “O Futebol não pode ficar à porta do País nem o País à porta do Futebol”, concluiu.

Intervieram os Senhores Deputados Amadeu Albergaria e Emídio Guerreiro (PSD), Artur Rego (CDS-PP), José Gusmão (BE), Miguel Tiago (PCP) e Luísa Santos (PS), que colocaram questões aos peticionários e manifestaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares.

Nesta sequência, o Sr. Rui Santos reconheceu que a autonomia do movimento associativo deve ser preservada, defendendo, todavia, a necessidade de regulação quando o sistema não funciona, competindo ao poder político fazer pressão e não deixar o ónus da decisão às instituições. Referiu ainda que o País espera dos políticos a protecção e defesa dos valores inalienáveis, porque é a imagem de Portugal que está em causa.

Considerou, por último, que a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto não se encontra actualizada em relação às exigências do desporto profissional, e do futebol em concreto. Lembrou, por outro lado, que a ditadura das instâncias internacionais não nos pode conter, nem impedir de dar um passo no sentido de alterar as regras inadequadas e injustas.

O Sr. Fernando Seara chamou a atenção para o facto de se pretender, com esta Petição, a ponderação, em sede do Parlamento português, de um projecto de resolução que compatibilize a urgência da transparência das modalidades desportivas com a introdução de meios tecnológicos. Referiu ainda que a autonomia das associações desportivas não será posta em causa e que a introdução de meios tecnológicos no futebol é inevitável, à semelhança, aliás, do que já aconteceu com outras modalidades, como o ténis, o rugby, entre outras, que sentiram necessidade dessa mudança.

O Sr. Pedro Gomes lembrou ainda que falar de verdade desportiva não significa apenas a introdução de novos meios, havendo necessidade de resolver casos de corrupção e fazer cumprir leis e regulamentos que não funcionam.

Considerou ainda que não deve existir ingerência nas instituições autónomas, mas a transparência no desporto deve constituir uma das preocupações das instituições internacionais, sendo o futebol um dos desportos que menos evoluiu, continuando os erros a prejudicar as equipas.

O Sr. António Simões fez uma alusão à mentalidade geral dos clubes, que mais do que ganhar aos adversários, procuram esmagá-los, sem olhar a meios, pelo que considerou a introdução de meios tecnológicos um passo importante, que corresponde a uma vontade séria de mudar e de valorizar um golo que se marca.

O Sr. João Carvalho considerou que a aprovação, na Assembleia da República, de um projecto de resolução sobre esta questão constituiria um sinal muito positivo e colocaria Portugal na linha da frente.

Por último, interveio o Senhor Deputado João Sequeira, enquanto relator da Petição, que fez uma breve síntese das diversas intervenções.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A audição dos foi gravada em registo áudio.

Palácio de São Bento, 09 de Fevereiro de 2010

A assessora da Comissão

Cristina Tavares